

LEVANTAMENTO DE QUESTÕES SOBRE A NOÇÃO DE PARTILHA NO CAMPO DA AQUISIÇÃO DE LINGUAGEM**

ABSTRACT: Dialogical relations have been approached by various groups of researchers in the field of Language Acquisition by standing out its privileged empirical unity statute. Nevertheless, one cannot undervalue the great differences implied in each of those approaches. Thus, in the clipping of this unit, special emphasis is put on the speech experience shared by the interlocutors (parent-child), as well as the infant's utterance singularity at an early stage of the subject's linguistic course. In the light of De Lemos' proposition (2002), the present work suggests an attempt to discussing the relation between the child's singular speech and his/her speech experience shared with an adult interlocutor (parent). Then it is worth standing out the importance to consider both interlocutors' speech background when studying the changes occurring in the subject as s/he turns from the stage of a non speaker into the condition of a speaker. Nevertheless, it is herein indicated that it would be the movement of the language – by means of its two functioning poles: metaphoric and metonymical processes – that would work onto such experience making it return, in the infant's utterances, as a different and singular structure. Therefore, the child's speech singularity would be pointing at a feedback with a difference whose discussion could bring about consequences to the field of Language Acquisition investigation, as for raising questions about the natural way such notion has been dealt with in that field.

KEY-WORDS: Sharing; singularity; language acquisition.

A relação dialógica tem sido considerada como unidade de análise privilegiada na investigação da linguagem da criança. Este trabalho consiste, portanto, numa tentativa de abordar tal unidade a partir da idéia de experiência discursiva partilhada. Nesse sentido, pretendemos indicar algumas questões sobre a noção de partilha, ou melhor, sobre a noção de história discursiva partilhada pelos interlocutores (adulto e criança), durante a trajetória lingüística do sujeito. Embora possua raízes na pragmática, tal noção tem sido adotada em diferentes abordagens, no campo da Aquisição de Linguagem. Realçamos, então, a importância do papel desempenhado pela partilha na tentativa de explicar a mudança, que ocorre no sujeito, de uma condição de não falante para uma condição de falante. Propomos, entretanto, que parece não se tratar

* Universidade Federal de Pernambuco

** Este trabalho faz parte da realização de Projeto de Pesquisa financiado pelo CNPq.

de uma noção simples, natural, evidente em si mesma e, por isso, mereceria ser colocada em discussão.

1 A Partilha e a Noção de Desacordo

De um modo geral, tem vindo à tona a necessidade de se trazer, para o campo da Aquisição de Linguagem – e, especificamente, para a questão da singularidade da fala da criança – a discussão sobre o reconhecimento de intenções comunicativas em sua relação com a experiência discursiva partilhada pelos interlocutores. Nesse campo de estudo, sob o enfoque pragmático, o outro (interlocutor/adulto), concebido como indivíduo que reconhece na criança intenções de comunicar uma mensagem, adquire especial relevo, durante a trajetória lingüística do sujeito. Essa concepção recebe destaque, por exemplo, na análise feita por John Dore do seguinte fragmento de diálogo:

Episódio 1: “Um experimentador [E] está falando com uma criança [C] de 18 meses, antes que a mãe [M] entre em cena:

C: Band-Aid.

E: Onde está seu Band-Aid?

C: Band-Aid.

E: Você tem um Band-Aid?

C: Band-Aid.

E: Você se feriu e caiu?

[A mãe entra]

C: Band-Aid.

M: Quem lhe deu o Band-Aid?

C: Enfermeira.

M: Onde ela o colocou?

C: Braço.”

(Extraído de DORE, 1979, tradução nossa)

Ao analisar esse episódio, Dore (1979) compara a comunicação mal sucedida do experimentador com o êxito da comunicação depois que a mãe entra em cena. Explica então essa diferença pelo fato de que mãe e filho partilham, tanto um conhecimento anterior, como a intenção de comunicar esse conhecimento. Em outras palavras, a mãe reconhece, na produção de C (“*Band-Aid*”), a intenção de comunicar um conhecimento sobre a visita ao médico.

Segundo esse autor, o êxito da comunicação depois que a mãe entra em cena se deve, em suma, ao fato de que “a mãe sabia que questões a criança

poderia responder e a *criança sabia* que questões a mãe provavelmente faria” (1979: 350, tradução e ênfases nossas). Em outras palavras, para esse autor, o êxito da experiência discursiva atual (no episódio citado) teria, como condição, o retorno da história discursiva (sobre a visita ao médico) – partilhada pelos dois interlocutores – a qual, por sua vez, teria como condição, tanto o conhecimento partilhado anteriormente, como a intenção partilhada de comunicar esse conhecimento.

Nessa perspectiva, a história discursiva partilhada pelos dois sujeitos (mãe e criança) teria, como base, um acordo, uma relação de semelhança entre intenções comunicativas dos interlocutores, ou mesmo uma coincidência entre um *saber* da mãe e um *saber* da criança sobre as intenções mútuas.

Neste momento, vamos sair do campo específico da Aquisição de Linguagem para um outro campo, evocando o Contrato Social de Rousseau, com base no qual podemos propor que o mais essencial à noção de partilha seria o desacordo e não o acordo. Nesse sentido, passaremos muito rapidamente por alguns aspectos do Contrato Social apenas com o objetivo de recortar elementos que sirvam de operadores para a discussão da partilha em Aquisição de Linguagem. Nesse texto, Rousseau (citado por CHAUI, 1996) parte da suposição de que o bom selvagem, o estado natural de felicidade teria se acabado no momento em que o homem teria dito: *isso é meu, isso é teu*, ou seja, a partir do momento em que teria surgido a divisão, a propriedade, em outras palavras, a sociedade. Entretanto, a sociedade (a partilha) não poderia sobreviver naturalmente, isto é, não poderia sobreviver se os indivíduos se relacionassem de forma direta, cada um fazendo valer os seus conhecimentos, as suas vontades, os seus interesses individuais, uma vez que naturalmente existiria uma assimetria entre eles: uns seriam mais fortes do que outros, segundo aquele autor. Teria surgido, então, a necessidade de um pacto social, de um contrato, de uma lei a que os indivíduos teriam que se submeter, não somente para que a partilha entre eles pudesse sobreviver, mas para que ela pudesse mesmo existir, já que segundo Rousseau (1987) a lei seria a condição da partilha. Assim, decorreria dessa lei uma vontade comum, semelhante. Por sua vez, ao se submeterem à lei, os indivíduos se transformariam em cidadãos (em sujeitos), com suas diferenças, suas singularidades.

Com base nesse rápido resumo, sugerimos, como consequência, que o investigador, em Aquisição de Linguagem, seria afetado por uma *suspeita*, no que diz respeito ao acordo concebido como base da história discursiva partilhada pelos interlocutores (mãe e criança).

2 Atitude de Suspeita do Investigador no Campo da Aquisição de Linguagem

Partindo da colocação acima, segundo a qual o mais essencial na partilha seria o desacordo, a diferença, destacaremos os seguintes aspectos, trazendo-os para o campo da Aquisição de Linguagem:

1 – A partilha, ou melhor, a história discursiva partilhada pelos interlocutores (mãe e criança) teria, como condição constitutiva a lei estrutural da língua à qual mãe e criança se submeteriam. Estamos nos referindo, portanto, às leis do funcionamento lingüístico – no sentido saussuriano – que foram relidas por Jakobson (1971) como funcionamento metonímico, através do qual os signos se combinam por uma relação de contigüidade, e funcionamento metafórico, pelo qual os signos se substituem uns aos outros por uma relação de semelhança. Essas leis foram ressignificadas por De Lemos (2002), no campo de investigação da Aquisição de Linguagem.

2 – Dessa partilha, o investigador não poderia ficar de fora. Em outras palavras, ao estudar a mudança que ocorre na criança de uma condição de não falante para uma condição de falante, isto é, ao se relacionar com a fala da díade (mãe-criança), o investigador, embora de forma diferente desses sujeitos, também se submeteria à lei que constitui a partilha.

3 – Essa submissão à lei criaria, no investigador, o que passaremos a chamar de uma *atitude de suspeita*, aspecto esse que vai assumir o foco da discussão ao longo deste trabalho.

Na tentativa de tornar um pouco mais claro o sentido que estamos atribuindo a uma tal atitude de suspeita, discutiremos o seguinte exemplo:

(C = criança; M = mãe)

Episódio 2: (C - 1;2.15 entrega a M uma revista tipo Veja)

C: *Ó nenê/o auau.*

M: *Auau? Vamo achá o auau? Ó a moça ta tomando banho.*

C: *Ava? Eva?*

M: *É. Ta lavando o cabelo. Acho que essa revista não tem auau nenhum.*

C: *Auau.*

M: *Só tem moça, carro, telefone.*

C: *Alô?*

M: *Alô, quem fala? É a Mariana?*

(Extraído de DE LEMOS, C., 2002)

Segundo De Lemos (2002), apreende-se da fala de M que não há nem *nenê* nem *auau* na revista. Nesse sentido, o que retorna da fala da mãe na fala da criança são significantes cujo significado seria uma interrogação, apontando para uma não coincidência entre a fala da mãe e a fala da criança.

Desse modo, o funcionamento lingüístico, atuando sobre a díade, fez o diálogo progredir. Por exemplo, o significante *telefone* (produzido por M) convocou, metonimicamente, na fala da criança, o fragmento de uma situação anterior (*Alô*), situação essa que foi reconstituída, metonímica e metaforicamente, pela mãe (*Alô quem fala? É a Mariana?*). Por sua vez, a interpretação do investigador não recairia apenas sobre esse fragmento de diálogo, em que a discordância é mais visível, porém retroagiria a momentos anteriores. Melhor dizendo, nessa retroação, seriam convocadas situações anteriores em que mãe e criança produziram *nenê* e *auau*, de modo aparentemente idêntico, coincidente, sem que alguma discordância se tornasse visível, colocando-se, portanto, em questão aquela coincidência.

Uma conseqüência do que foi dito seria a de que o investigador, em sua relação com a fala da criança seria deslocado do nível do significado – regido por uma intencionalidade única – para o nível do significante no qual predomina o equívoco entendido como a possibilidade de um enunciado tornar-se outro, isto é, a possibilidade de um significante (ou cadeia de significantes) assumir, simultaneamente, vários significados.

Por sua vez, tanto o caráter retroativo do que estamos chamando de suspeita quanto o equívoco se tornam mais visíveis na abordagem dos erros produzidos pela criança.

3 O Erro e a Experiência Discursiva Partilhada

Os erros – produzidos pela criança num ponto inicial de seu percurso lingüístico – trazem à tona, de modo especial, o caráter singular (diferente) do estado de mudança, em relação ao estado em que se encontra o sujeito já falante de determinada língua. Podemos nos referir, entretanto, a dois tipos de erros: os erros previsíveis e as produções insólitas ou estranhas. No primeiro caso, trata-se daqueles erros que respondem claramente a um padrão lingüístico, tendo sido realçados, sobretudo, por autores que se situam numa vertente do construtivismo piagetiano, como Peters (1983), Bowerman (1974 e 1982) e Karmiloff-Smith (1986 e 1992). Bowerman (1982), por exemplo, privilegiou a chamada *ultrarregularização*, como é o caso do uso (na língua portuguesa) de *fazi*, ao invés de *fiz*, em que se estaria conjugando, no passado, formas irregulares de acordo com a regra de conjugação das formas regulares. Quanto

às produções estranhas, seriam aqueles erros imprevisíveis os quais não poderiam ser explicados por uma regra de conhecimento lingüístico, como a regra de conjugação de verbos no passado.

Vale apontar, aqui, um exemplo de erro imprevisível destacado por Bellugi, ou seja, a produção verbal de uma criança (Adam): "...o que você pensa que eu sou, *um não menino com não relógio?*" (no original: "*a no boy with no watch?*").

É importante indicar que Lemos (2002) abordou esse tipo de erro, segundo a concepção de *efeito de estranhamento* ou *efeito de enigma* provocado pela fala da criança sobre o adulto, tendo realçado a perplexidade do investigador diante de seu caráter imprevisível. Essa abordagem tem como referência a *experiência do estranho* (segundo Freud) a qual é provocada pelo retorno de algo conhecido, mas que havia sido esquecido. Nesse sentido, o enigma produzido pela fala da criança consistiria numa possibilidade (ainda que esquecida) da língua, ou seja, decorreria de uma maneira singular de combinar significantes. Esse tipo de produção também foi constatada por Bowerman que deixou clara a inquietude provocada por seu caráter inesperado, ao afirmar que:

Muitos dos erros que eu estava registrando, entretanto, me colocavam diante de algo mais como um quebra-cabeça. Não era óbvio que a criança estivesse respondendo a um padrão estrutural do inglês e, mesmo que isso parecesse provável, não era necessariamente claro como caracterizar essa regularidade [...] (BOWERMAN, citada por LEMOS, 2002, p. 143).

Portanto, os *erros* estranhos, inesperados – mais do que os erros previsíveis – dão visibilidade ao caráter singular da fala da criança, apontando ainda para a resistência que esse caráter oferece a uma explicação através do conhecimento que o infante possuiria sobre a língua. No tocante a essa resistência, De Lemos destaca o papel crucial desempenhado pela relação do enunciado da criança com o do interlocutor/adulto, no sentido de que:

o movimento da língua aproximando palavras ou fragmentos que, oriundas de diferentes cadeias se cruzam e se substituem na mesma posição, ainda que imprevisível, não é aleatório. É a história da relação da criança com os textos em que sua fala, gesto, movimento e presença foram interpretados que está aí inscrita e que lhe dá singularidade (1995, p. 26).

Desse modo, seria a história da relação discursiva entre o adulto (mãe) e a criança – ou melhor, a história de uma experiência discursiva partilhada – que o movimento da língua faria retornar, de maneira constante e diferente,

nos enunciados infantis, constituindo a singularidade desses enunciados, como pretendemos apontar na análise (extraída de CARVALHO, 2003) de três episódios retirados do Banco de Dados do Projeto de Aquisição de Linguagem do IEL-UNICAMP:

Episódio 3: (Depois do almoço, C - 2;0.15 é acordada por M)

M: Num pode não. Quando a gente levanta precisa...cê ficou descalça antes de dormir, é?

C: É.

M: *Tá se vendo.*

C: *Tá se vendo.*

M: Tá se vendo que você ficou descalça antes de dormir.

C: *Eu achuvia agu.*

M: Vai chover logo?

C: É.

M: Ahn.

C: Tá muito fio.

Episódio 4 (C - 2;5.23)

M: A água tá guardada nas nuvens.

C: *Tá sovendo* ele num abiu.

M: Num abriu porque num *tá chovendo*.

C: Cumasu.

No episódio 3, sugerimos que a produção de C (*Tá se vendo*) foi interpretada pela mãe como uma reprodução de sua cadeia anterior (*Tá se vendo*). Nesse sentido, M repete essa cadeia incluindo-a no enunciado completo *Tá se vendo que você ficou descalça antes de dormir*. Esse exemplo levantou, entretanto, a suspeita de que a interpretação da mãe em relação ao suposto caráter reprodutivo da cadeia da criança (*Tá se vendo*), provavelmente, não coincidia com uma *intenção* da criança de repetir o mesmo enunciado ou, pelo menos, de repeti-lo com sentido idêntico àquele que lhe foi atribuído. Tal suspeita, por sua vez, somente teria surgido em virtude da produção posterior (estranha): *Eu achuvia agu*, no episódio 3, bem como da produção *Tá sovendo*, no episódio 4 e em vários outros momentos da sessão de gravação. Assim, foi ao se deparar, posteriormente, com essas produções, que o investigador retroagiu à cadeia anterior de C (*Tá se vendo*), colocando em questão seu sentido de reprodução. Em outras palavras, levantou-se a hipótese de que o *Tá se vendo* do enunciado da mãe teria convocado (por deslocamento metonímico) as expressões *Tá chovendo* e *Tá sovendo* escutadas e produzidas pela criança, em outros

momentos. Isso teria permitido ao investigador suspender o sentido ou a intenção atribuídos pela mãe à fala da menina, levando-o a suspeitar de que não poderia saber em que sentido a criança estaria usando seus significantes, ou melhor, ele teria sido tomado pelo caráter equívoco desses significantes, oscilando entre *ver* e *chover*.

Por sua vez, a análise do *erro*: *Eu achuvia agu*, fez com que o investigador voltasse aos dados, pois já havia se deparado, várias vezes, com o enunciado da mãe: *Eu acho que vai chover*, como por exemplo, no seguinte fragmento de diálogo:

Episódio 5: (C - 1;11.05 está conversando com M)

M: Nós vamos no Ibirapuera? Achei que a gente fosse para o zoológico. O Ibirapuera é mais perto, né? Só queria comprar um pirulito, cê compra?

C: Compo. Intão vô no bilapuela/qui é muito puquinho.

M: Mas só que *eu acho que vai chover* e nós num podemos descer do carro. Então você sai e vai comprar o pirulito pra nós todos. O seu dinheiro dá? Se não, eu empresto um pouco do meu.

C: Num dá.

Sugere-se, por meio desse exemplo, que teria havido no erro (*Eu achuvia agu*), a fragmentação do enunciado *Eu acho que vai chover*, bem como a recomposição e substituições (metafóricas) de seus significantes, de forma imprevisível. Ao que parece, esse caso estaria dando visibilidade à suposição de que uma experiência anterior partilhada (em torno do tema da *chuva*) havia retornado, como significantes, na fala da criança. Teria sido então a língua, em seus dois movimentos (indissociáveis) de aproximar (metonimicamente) cadeias verbais e de substituir (metaforicamente) pontos nessas cadeias, que havia feito retornar, de modos diferentes, tanto na díade como no investigador, a história da experiência discursiva partilhada, pelos interlocutores (mãe e criança), sobre a chuva.

4 Considerações Finais

Para finalizar, retornemos à abordagem pragmática em aquisição de linguagem, através do estudo transcultural de Ochs e Schieffelin (1995) que apontam para o fato de que, em algumas comunidades lingüísticas, não se reconhece, ou melhor, não se atribui às verbalizações da criança uma intenção de comunicar alguma coisa, num momento muito inicial de seu percurso lingüístico. Tal reconhecimento/atribuição somente ocorreria a partir do

momento em que o infante começasse a produzir formas verbais semelhantes às do falante. Essas autoras, porém, constataram, nas comunidades referidas, um tipo de história da experiência discursiva da criança com a mãe, com características bem diferentes – sobretudo em seus momentos iniciais – daquela história que tem lugar em outras comunidades. Explicando um pouco melhor, nas comunidades exemplificadas, diferentemente do que predomina entre os ocidentais, as crianças somente são tratadas como parceiros conversacionais diretos depois que *aprendem a falar*; antes disso, porém, os bebês participam de *interações comunicativas* na posição de um terceiro, ou seja, na posição de ouvinte casual da conversação entre múltiplos agentes, diferentemente do que ocorre, na cultura ocidental, onde o bebê é eleito pelo adulto como parceiro conversacional direto. Contudo, Ochs e Schieffelin concluem que “o resultado em termos da aquisição final da competência gramatical não é substancialmente diferente nessas duas estratégias” (1995, p. 74). Dizendo com outras palavras, essas crianças percorrem com êxito os vários momentos de sua trajetória lingüística. Por sua vez, esse fato é complementado por uma outra constatação empírica – apontada pelas autoras mencionadas – segundo a qual a produção de enunciados ambíguos (ou ininteligíveis) é universal, não estando seu aparecimento, portanto, na dependência de práticas discursivo-culturais específicas. Desse modo, podemos inferir que a criança daquelas comunidades, num determinado momento do seu percurso lingüístico, produz formas verbais diferentes, singulares, heterogêneas com relação a um padrão lingüístico.

A partir desse estudo, poderíamos levantar uma suspeita em relação ao acordo de intenções comunicativas concebido como base para a história discursiva partilhada pelos interlocutores (mãe e criança). Explicando um pouco melhor, as comunidades exemplificadas funcionariam como uma espécie de contra exemplo onde não se poderia focalizar esse acordo num momento muito inicial da trajetória lingüística do sujeito, até porque a mãe, nesse momento, não reconhece ou não atribui intenções às verbalizações da criança.

Da nossa leitura desse estudo, portanto, três proposições foram convocadas e se cruzaram:

- O papel crucial da história discursiva partilhada pelos interlocutores (mãe e criança);
- A não atribuição de intenção comunicativa;
- A universalidade das produções infantis ambíguas.

Pode-se dizer, então, que mesmo nessas comunidades exemplificadas, uma história discursiva estaria sendo, desde muito cedo, constituída através da partilha entre adultos e criança, muito embora tal partilha esteja fundada em padrões culturais bem diversos dos padrões predominantes na nossa cultura.

Nesse sentido, ganharia destaque o segundo aspecto recortado no início deste trabalho, ou seja, a proposta de que a lei seria a condição da partilha. Lembremos que a mãe, nos exemplos referidos, não atribui intenções às verbalizações da criança, num período inicial de sua história discursiva e, mesmo assim, erros ou enunciados ambíguos são, posteriormente, produzidos na fala infantil. Em outras palavras, da escuta da criança, na interação comunicativa – em que ela comparece na posição de um terceiro (ou de um ouvinte casual) – os enunciados produzidos pelos adultos teriam que se deslocar (metonimicamente) e se modificar (metaforicamente) para que pudessem constituir os enunciados ambíguos infantis. Como já foi dito, essa ambigüidade estaria apontando, sobretudo, para uma diferença em relação aos enunciados do falante, isto é, estaria apontando para a singularidade da fala da criança em seu momento de mudança. Em conseqüência, podemos propor que uma tal singularidade seria efeito de uma história discursiva partilhada cuja condição constitutiva, isto é, as leis de funcionamento lingüístico se imporiam não somente à crianças e aos falantes de sua comunidade, mas também ao investigador no campo da aquisição de linguagem.

Referências

- BOWERMAN, M. Learning the structure of causative verbs: a study in the relationship between cognitive, semantic and syntactic development. **Papers and Reports on Child Language Development**, 8: 142-178, 1974.
- _____. Reorganizational processes in lexical and syntactic development. In: E. Wanner & L. R. Gleitman (Orgs.) **Language acquisition: the state of the art**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982, pp. 319-345.
- CARVALHO, G.M.M. A exclusão da singularidade em questão: o erro como diferença em aquisição de linguagem. **Relatório de atividades**. Brasília: CNPq, 2003.
- CHAUI, M. (1996) **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1996.
- DE LEMOS, C. Língua e discurso na teorização da linguagem. **Letras de Hoje**, 30: 9-28, 1995.
- _____. Das vicissitudes da fala da criança e de sua investigação. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, 42: 41-69, 2002.

DORE, J. Conversational acts and the acquisition of language. In: E. Ochs & B. Schieffelin, (Orgs.) **Developmental Pragmatics**. New York: Academic Press, INC, pp. 339-362, 1979.

JAKOBSON, R. **Lingüística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1971.

KARMILOFF-SMITH, A. From meta-processes to conscious access: Evidence from children's metalinguistic and repair data. **Cognition**, 23: 95-147, 1986.

_____. **Beyond modularity: a developmental perspective**. Cambridge: MIT, 1992.

LEMOS, M.T. **A Língua que me falta: Uma análise dos estudos em aquisição da linguagem**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

OCHS, E. & SCHIEFFELIN, B. The impact of language socialization on grammatical development. Em P. Fletcher & B. MacWhinney (Orgs.) **The handbook of child language**. Oxford: Basil Blackwell, 1995, pp. 73-94.

PETERS, A. **The units fo language acquisition**. Cambridge: CUP, 1983.

ROUSSEAU, J.J. **Do contrato social**. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Coleção Os Pensadores)

